

Santos; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares. Justificaram ausência os seguintes membros: o presidente, Herbert José Almeida Carneiro; Alvino Augusto de Sá; Suzann Flávia Cordeiro de Lima. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: Valdirene Dautembach-OSPEN/DEPEN/MJ; Walter Vitor - Secretaria de Assuntos Legislativos; Myllena Calasans - Comissão de Direitos Humanos da Câmara; Vera Muller - representante da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul; Heloísa Adário - Coordenadora-Geral do Programa de Fomento as Penas e Medidas Alternativas - CGPMA/DEPEN/MJ. O Vice-Presidente do CNPCP iniciou a reunião explicando a ausência do Presidente deste Conselho que foi convocado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Com abertura dos trabalhos comentou que boa parte da reunião será dedicada para a aprovação do decreto de indulto. Em seguida comentou que haverá apresentação do relatório de inspeção prisional do Estado de Alagoas pelos conselheiros Maria Ivonete e Marden. Comentou, ainda, sobre notícia que ouviu no sítio da UOL dizendo que no Estado do Piauí os presos da Unidade Colônia Penal Major César estão recebendo alimentação em saco plástico e se alimentando com as mãos. Disse que quando esteve no Estado do Piauí não constatou essas violações. Assim oficiará, ainda hoje, o Estado para que informe a este Conselho sobre os relatos do sítio UOL. Comentou o convite que o Estado do Peru fez a este Conselho para participar, nos dias nove e dez de agosto, da inauguração do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária Peruano. Disse que participou das reuniões com diversas autoridades do país e foi muito proveitosa a troca de informação. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Milton Jordão que somente parabenizou o Conselheiro Alamiro pelo artigo publicado na Folha de São Paulo. Após o Conselheiro Luiz Guilherme falou sobre o projeto de reforma do Código Penal, que se encontra no Senado Federal, e estará lá até o dia cinco de setembro para recebimento de propostas de emendas. Disse que a Secretaria de Assuntos Legislativos solicitou a este Conselho que se manifestasse o quanto antes para os encaminhamentos de alteração do Código Penal. Após o Conselheiro Alamiro comentou sobre sua ausência nas duas últimas reuniões que se deu por motivos de trabalho. Em seguida sugeriu ofício endereçado ao Conselheiro Alvino parabenizando-o pela aposentadoria e os trabalhos prestados à comunidade científica enquanto professor. O Presidente Interino encarregou o próprio Conselheiro Alamiro para apresentar a minuta do referido ofício. O Conselheiro Augusto Rossini se manifestou no sentido de que os próprios membros, ao se considerarem contrários às propostas de alteração do Código Penal, em trâmite no Senado Federal, não se manifestem enquanto CNPCP, pois o referido colegiado é de consulta do Ministro da Justiça, do Poder Executivo, enquanto as alterações do Código Penal são de competência do Poder Legislativo. Assim sugere que os encaminhamentos sejam feitos por meio da Secretaria de Assuntos Legislativos. O Conselheiro Pedro Sérgio se propôs a fazer um texto de ante projeto de lei que trata dos prazos do habeas corpus. O Presidente Interino aprovou a ideia e incumbiu o próprio conselheiro para redigir a tarefa. A Conselheira Maria Ivonete cumprimentou os demais membros. O Conselheiro Augusto Rossini comunicou sobre os números e indicadores do Infopen. O Presidente Interino elencou que poucos juízes respondem o anexo do Decreto de Indulto, acarretando informações imprecisas acerca da porcentagem de beneficiados pelo Benefício Natalino. Em seguida, o Presidente Interino iniciou a votação da pauta da Trecentésima Octogésima Sexta Reunião Ordinária, sendo aprovada pelos membros. Após, o Presidente Interino solicitou ao Conselheiro Milton Jordão a abertura das discussões acerca do Decreto de Indulto de dois mil e doze. O Conselheiro falou da composição da Comissão de Decreto de Indulto. Disse que a audiência pública do indulto contou com a participação de várias autoridades de vários Estados e foi muito proveitosa e deu para colher várias informações. Em continuidade, o Conselheiro Davi Tangerino apresentou, pontualmente, as sugestões e manifestações que o CNPCP recebeu sobre o assunto, bem como relatou seu respectivo voto quanto a cada artigo da minuta do Decreto de Indulto. O Conselheiro Rossini disse que no período da tarde não poderá permanecer na reunião devido a um compromisso da Casa Civil e solicitou que após a sua saída seu voto constasse como abstenção nos demais artigos e incisos. Ao final da discussão do decreto de indulto, que faltava somente o artigo oitavo inciso primeiro, o Presidente Interino solicitou que a discussão fosse postergada para manhã de terça-feira. Aprovado. Em ato contínuo, o Presidente Interino deu seguimento à reunião passando a palavra ao Conselheiro Alamiro, o qual relatou o processo número 08027.000548/2008-29, referente à alteração da Lei Execução Penal que propõe a implementação de unidade prisional denominada escola-trabalho. O conselheiro deu parecer contrário. Após deu-se a votação, aprovado à unanimidade. Em seguida o Vice-presidente encerrou a sessão do primeiro dia de reunião ordinária deste Conselho. Na manhã de terça-feira, dia vinte e oito de agosto de dois mil e doze, inicia o segundo dia de reunião. O Presidente Conselho explicou a sua ausência, pois foi devida aos trabalhos de seu tribunal. Após deu início aos trabalhos passando a palavra ao Conselheiro Marden para apresentação do relatório de inspeção prisional de alagoas. O Conselheiro relatou sobre os achados e após fez as recomendações a quem de direito. Após o relatório foi aprovado à unanimidade. Em seguida o Presidente retomou a única deliberação que faltava do projeto de decreto de indulto, passando a palavra ao Conselheiro Davi. O Conselheiro fez as explanações quanto ao artigo oitavo inciso primeiro. Após foi discutido. E em seguida tendo por fim aprovado, com as devidas ressalvas, todo o Projeto de Decreto de Indulto de dois mil e doze. Em seguida o Presidente fez os agradecimentos à comissão de elaboração do Decreto de Indulto parabenizando-os todos os integrantes pelo empenho aos trabalhos prestados. Após o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luiz Guilherme. O Conselheiro teceu comentários ao ofício que será encaminhado ao Presidente do Senado Federal e aos membros da Comissão de Reforma do Código Penal. O intuito de encaminhamento deste ofício é que este Conselho possa oferecer contribuições sobre as

emendas ao projeto de reforma do código penal. Após o Presidente deu seguimento aos trabalhos comentando sobre o Estatuto Nacional Penitenciário que foi recheado de considerações e que será encaminhado ao Secretário de Assuntos Legislativos, Doutor Marilvado, para possíveis providências junto ao Poder Legislativo. Após o Presidente deu continuidade aos trabalhos e deu posse à nova Conselheira deste Conselho, a Doutora Fabiana Costa de Oliveira Barreto. A Conselheira assinou o termo de posse. Em seguida, o Conselheiro Augusto Rossini manifestou boas-vindas à recém conselheira. Após, a conselheira empossada agradeceu as homenagens pela posse. O Vice-Presidente também expressou a contribuição que a conselheira prestará ao colegiado. Os conselheiros Alamiro e Luiz Guilherme também manifestaram boas-vindas. Em prosseguimento, o Conselheiro Pedro Sérgio parabenizou a nova Conselheira e em seguida relatou sobre o processo 08037.000591/2012-51, cujo objeto é parceria pública privada no sistema prisional. Houve discussão. E em seguida Aprovado. Após o Presidente continuou os trabalhos e concedeu a palavra a Doutora Heloisa Adário que fez a apresentação sobre o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional - Alternativas Penais. Após as discussões o Presidente instituiu a Comissão de Trabalho referente aos avanços das Alternativas Penais. Integram a Comissão: como Presidente a Conselheira Fabiana Barreto; e como membros os Conselheiros: Rodrigo Roig, Davi Tangerino e Herbert Carneiro. Em seguida o Presidente seguiu os trabalhos passou a palavra para a convidada Doutora Vera Muller que fez comentários sobre a atuação deste Conselho na política criminal nacional. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Rodrigo que sugeriu a modificação do artigo 1º do Projeto de Decreto de Indulto esclarecendo que o presente Decreto refere-se à Indulto Coletivo. A sugestão tem o intuito de esclarecer a diferença da graça, que é o indulto individual. Aprovado. Após o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO
Presidente do Conselho

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 667, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º e 8º, incisos I e III, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

Considerando a Portaria DPU nº 167, de 2.3.2012, publicada no Diário Oficial da União de 7.3.2012, e suas respectivas reedições;

Considerando a mensagem eletrônica, datada de 1º de novembro de 2012, encaminhada pelo defensor público-chefe do Núcleo da Baixada Fluminense, por meio da qual solicita implementação de regime de restrição de atendimento à matéria criminal, previdenciária e tutela de saúde;

Considerando o Despacho/GABDPFG nº 793/2012 por meio do qual foi autorizada a restrição de atendimento para manter o atendimento somente nas áreas cível, criminal, tutela de saúde e seguridade social, até que sejam recebidos móveis para o Núcleo, resolve:

Art. 1º - Prorrogar a restrição de atendimento no Núcleo da Defensoria Pública da União na Baixada Fluminense/RJ para manter o atendimento somente nas áreas cível, criminal, tutela de saúde e seguridade social, até que sejam recebidos móveis para o Núcleo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 46, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, em face da competência estabelecida por meio do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, em seu artigo 38-A, inciso X, e com base no disposto na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, resolve.

Art. 1º - Autorizar a descentralização de crédito orçamentário e o correspondente repasse de limite financeiro no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), para a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), visando à Manutenção e Ampliação de Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, no Poder Judiciário, Ministério Público e na Segurança Pública com usuários de crack e outras drogas, e seus familiares, conforme segue.

Órgão Concedente: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Unidade Gestora: 200246 (Funad); Gestão: 00001 - Tesouro Nacional.

Órgão Executor: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Unidade Gestora: 153061 (UFJF); Gestão: 15228 - Universidade Federal de Juiz de Fora.

PTRES: 045740 Fonte: 0100.

Valor: R\$ 370.000,00. Natureza da Despesa: 339039. Termo de Cooperação nº 17/2012

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário ocorrerá em duas parcelas de acordo com o cronograma previsto no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização.

Parágrafo Segundo - Os recursos descentralizados deverão ser executados em estrita observância às normas de execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Art. 3º - A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), deverá restituir à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), os créditos transferidos e não empenhados até 02 de dezembro de 2012, conforme disposto na Portaria MJ nº 2.571, de 11 de outubro de 2012, aplicando-se no que couber o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, observada a Norma de Encerramento do Exercício Financeiro expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE

PORTARIA Nº 47, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, em face da competência estabelecida por meio do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, em seu artigo 38-A, inciso X, e com base no disposto na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º - Autorizar a descentralização de crédito orçamentário e o correspondente repasse de limite financeiro no valor de R\$ 361.045,00 (trezentos e sessenta e um mil e quarenta e cinco reais), para a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), visando à Manutenção e Ampliação de Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, no Poder Judiciário, Ministério Público e na Segurança Pública com usuários de crack e outras drogas, e seus familiares, conforme segue.

Órgão Concedente: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Unidade Gestora: 200246 (Funad); Gestão: 00001 - Tesouro Nacional.

Órgão Executor: Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

Unidade Gestora: 154045 (UFMT); Gestão: 15262 - Universidade Federal do Mato Grosso.

PTRES: 045740 Fonte: 0100.

Valor: R\$ 361.045,00. Natureza da Despesa: 339039.

Termo de Cooperação nº 14/2012

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário ocorrerá em duas parcelas de acordo com o cronograma previsto no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização.

Parágrafo Segundo - Os recursos descentralizados deverão ser executados em estrita observância às normas de execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Art. 3º - A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), deverá restituir à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), os créditos transferidos e não empenhados até 02 de dezembro de 2012, conforme disposto na Portaria MJ nº 2.571, de 11 de outubro de 2012, aplicando-se no que couber o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, observada a Norma de Encerramento do Exercício Financeiro expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PAULINA DO CARMO ARRUDA VIEIRA DUARTE

PORTARIA Nº 48, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, em face da competência estabelecida por meio do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, em seu artigo 38-A, inciso X, e com base no disposto na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, resolve.

Art. 1º - Autorizar a descentralização de crédito orçamentário e o correspondente repasse de limite financeiro no valor de R\$ 368.958,60 (trezentos e sessenta e oito mil novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), para a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), visando à Manutenção e Ampliação de Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, no Poder Judiciário, Ministério Público e na Segurança Pública com usuários de crack e outras drogas, e seus familiares, conforme segue.

Órgão Concedente: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Unidade Gestora: 200246 (Funad); Gestão: 00001 - Tesouro Nacional.

Órgão Executor: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Unidade Gestora: 153028 (UNIFAL); Gestão: 15248 - Universidade Federal de Alfenas.

PTRES: 045740 Fonte: 0100.